

A criança negra no ambiente escolar e sua valorização como afrodescendente

Jucilea Silva Gomes¹

RESUMO

O presente artigo vislumbra a criança negra no Brasil, buscando entender como as mesmas são acolhidas no campo educacional. A análise da relação sistema educacional/criança negra, reflete alguns dos pontos abordados e defendidos pelos movimentos negros, os quais somente recentemente transformaram-se em diretrizes da educação nacional, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – 1996 a 1998) e da Lei 10.639/03, emenda que altera a LDB, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Assim, busca apresentar a situação da Criança Negra na Educação Brasileira para termos bases teóricas para refletirmos sobre os denominados avanços proporcionados nas leis, normas e procedimentos editados pelo Estado Brasileiro para o sistema educacional e uma devida relação com a população negra.

PALAVRAS-CHAVE: Criança negra; Escola, racismo.

¹ Especialização em Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar- Universidade Federal do Maranhão- missionariajuci2@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos no Brasil, negros de todas as faixas etárias vêm passando por fortes ataques racistas na sociedade. Assim, a criança negra, de certa forma, ainda é discriminada em diversos ambientes, inclusive no ambiente escolar, onde geralmente a criança que mais se destaca é a de cor branca, por vezes, ganhando o título de melhor aluno.

Essa rejeição pela qual a população negra passa diariamente é uma das consequências da escravidão que assolou o nosso país no passado, pois por meio deste longo espaço de tempo em nossa história, os negros tiveram seus direitos violados, não tendo acesso a aspectos fundamentais na vida do ser humano, como saúde, lazer e uma boa educação.

O Brasil foi à última nação americana a abolir a escravidão, no entanto, esse passado escravocrata deixou muitas marcas do racismo que se perpetuam e se reproduzem a cada dia. Por conta disso, ainda há uma militância da sociedade civil e de grupos afros por um país igualitário. PINSKY afirma que o negro não veio ao Brasil, mas

Veio trazido ao Brasil. Vir pode ocorrer a partir de uma decisão própria como fruto de opções postas à disposição do emigrante. Ser trazido é algo passivo – como o próprio tempo do verbo – e implica fazer algo contra e a despeito da sua vontade. (PINSKY, 2003)

Assim, chegaram ao Brasil com suas tradições, suas crenças, suas culturas que não foram aceitas ou respeitadas pelo colonizador. Foram trazidos e tratados como “coisa” e não como pessoa, tendo como único objetivo gerar lucros aos seus senhores a qualquer custo. Não tinham direito a sonhar, pois até mesmo seus sonhos e esperanças foram roubados no trajeto, no navio negreiro, onde a superlotação de negros escravizados era avassaladora.

No caminho, muitos deles morreram por falta de água potável, alimentação, ventilação, enfim, não havia o mínimo necessário para sobreviver. Como foi supracitado, ao ter seus direitos negligenciados, privou-se a população negra de educação de qualidade, que é um direito de todos, segundo a Constituição de Federal de 1988 em seu artigo 205 (BRASIL, 1998):

A educação é um direito de todos e dever do Estado, e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A Companhia de Jesus dominou por quase 250 anos o sistema educacional no Brasil, onde as populações negras e indígenas sofreram ataques racistas, uma vez que suas culturas e crenças não foram aceitas pelos jesuítas, que os obrigaram, de certa forma, a passar pelo processo de cristianização e de

aculturação, por meio de um método pedagógico que preconizava uma visão repressiva de modelagem do comportamento social.

A historiadora Mary Del Priore, no livro **História da Criança no Brasil** (2007) salienta que dos escravos transferidos forçadamente da África para o Brasil através do tráfico, 4% eram crianças das quais apenas um terço conseguia alcançar 10 anos. Outro destaque refere-se à faixa etária das crianças destinadas às unidades produtivas: “A partir dos 4 anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou na cozinha, pois perder-se dos genitores era uma coisa muito ruim [...] (p.12)”.

No cenário atual, o Brasil é tido como um país democrático, onde todos deveriam ter vez e voz, além da garantia de seus direitos: direito à saúde, educação, moradia e lazer. Um país democrático deveria ser aberto a todos os segmentos da sociedade proporcionando igualdade de oportunidades, mas, nem todas as crianças têm acesso à educação, sendo as crianças negras as mais atingidas.

A LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Sendo essa uma lei que rege a educação brasileira, pode-se afirmar que não deve haver exclusão quando se trata de educação, um direito assegurado por lei para qualquer pessoa que está em buscar do aprendizado, não importando a sua etnia.

2. O PAPEL DA ESCOLA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

Já se passaram cento e vinte e oito anos(128)anos desde a libertação da escravidão, e os negros no Brasil permanecem em situação de desigualdade. Nesse contexto, a escola deve favorecer um ambiente agradável e promover ações para receber todas as pessoas igualmente, mostrando-lhes suas potencialidades.

Os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada – IPEA – mostram que o analfabetismo atinge 4,5% dos brancos entre 15 e 25 anos e 13% dos negros nessa mesma faixa etária. A seletividade nas escolas para com as crianças negras e de baixa renda é notória, pois as mesmas são encaminhadas a escolas públicas onde se encontra o maior número de alunos estigmatizados por sua condição de classe e pela cor. Além de proporcionar uma educação deficiente, alguns docentes atuam para reforçar a crença de que os alunos negros e pobres não são educáveis, decorrendo a evasão escolar.

É perceptível o tratamento diferenciado dentro da sala de aula até mesmo nas histórias mais lidas e contadas pelas docentes: Chapeuzinho vermelho, a pequena sereia Rapunzel, Cinderela, ou seja, personagens brancas de olhos azuis, cabelos longos e lisos. Dessa forma, a criança, no

ambiente escolar forma seu próprio conceito de beleza através das leituras feitas em conjunto na sala de aula.

Sendo o professor um formador de opinião e a escola um ambiente que favorece a aprendizagem, é notável que a criança absorva com facilidade o que lhe é transmitido por seus educadores.

Apesar de considerarmos que o Brasil vive em uma diversidade cultural, o que se vê, é que as pessoas que compõem as escolas não se sentem totalmente preparadas para abordar o racismo, pois o preconceito racial está interligado com o modo de ser de cada indivíduo, manifestado nas relações interpessoais. É notório no Brasil, por exemplo, denominar o negro de “mulato”, “pardo” ou “moreno”, evitando-se o uso da palavra negro. Dentro do ambiente escolar esse preconceito não deve ser perpetuado, negro é negro, e não moreno ou “mulato”.

Carvalho (1997) explana sobre o etnocentrismo educacional:

A Educação e as organizações educativas são instrumentos culturais desse colonialismo cognitivo: é o etnocentrismo pedagógico e o correlato psicocultural do “furor pedagógico” uma gestão escolar autoritária e impositiva para nivelar as diferenças das culturas grupais por meio do planejamento. O etnocentrismo consiste na dimensão ético-político da mesma problemática cuja dimensão psicoantropológica envolve sombra ou inconsciente. (CARVALHO, 1987, p. 181-182).

Comumente no ambiente escolar, as crianças e adolescentes sofrem discriminação de todas as formas e principalmente os negros, com ofensas verbais que depreciam seu estereótipo. A escola é um lugar para todos socializarem, interagirem e aprenderem, mas a mesma não está cumprindo o seu papel ainda por conta de alguns que não aceitam a diversidade cultural, questão com a qual muitas pessoas precisam aprender a lidar no mundo hodierno. Visto que a escola atualmente tem se encontrado isolada e impossibilitada de resolver problemas gerados pela sociedade. O filme *Entre os muros da escola* (França, 2008), dirigido por Laurent Cantet, relata a dificuldade de uma escola pública da periferia de Paris em lidar com a diversidade na sala de aula. Ele mostra que a escola transformou-se em um tribunal, em um espaço de jugo e não de pensamento, essa problemática está presente no Brasil também, pois é muito notório o despreparo de educadores quando o assunto é diversidade cultural no ambiente escolar, visto que a escola é uma comunidade homogênea. O multiculturalismo deve ser trabalhado na sala de aula, pena que ainda existem professores que se impõem diante de seus alunos se colocando com uma postura totalmente etnocêntrica, ao invés de uma postura relativizadora.

Considera-se, pois, de fundamental importância a inclusão do ensino de história da África no currículo da Educação Básica, visto que a instituição

escolar tem um papel fundamental no combate ao preconceito e à discriminação, por ser participante na formulação de atitudes e valores essenciais à formação da cidadania de nossos educandos. Espera-se ainda que, ao estudar a história da África, a vida do negro, sua luta, sua militância, o conhecimento se amplie e o preconceito diminua em meio à sociedade etnocêntrica.

Observa-se que o preconceito racial no ambiente escolar é perceptível até mesmo na decoração da escola, pois as gravuras usadas para decorar o ambiente, são, em sua maioria, imagens de crianças brancas, cabelos loiros e olhos azuis. Falar do racismo praticado por crianças é falar do racismo praticado por adultos. A autora Eliane Cavalleiro em seu livro “Do silêncio do lar ao silêncio da escola” relata um texto bastante interessante a respeito desse assunto.

“As idiosincrasias estarão determinando as diferenças pessoais, pois esse processo não é simplesmente ensinado: a criança mostra-se como um parceiro ativo, podendo procurar novas informações em outros lugares. Deste modo, as atitudes e os comportamentos sociais não serão obrigatoriamente cópias fiéis das atitudes e dos comportamentos de seus mediadores” (CAVALLEIRO, 2005).

Nesse contexto de exclusão os que mais sofrem são as crianças, que pertencem às famílias despreparada tanto psicologicamente quanto culturalmente. Pois, se a criança negra não tem base familiar sólida consciente e militante nesta causa em defesa da discriminação com a população afrodescendente, ela sente o desejo de ser uma criança branca, para que ela possa ser aceita e amada pelos seus professores e colegas de escola.

A escola é um espaço para socialização com pessoas de diferentes culturas e etnias, é um ambiente multicultural, por isso, não se pode negar que existe uma grande falha neste contexto escolar. Percebe-se que a mesma é fechada, de certa forma, para novos paradigmas, não abre espaço para a produção de diferentes identidades. Assim, é muito importante a intervenção dos educadores no combate à desigualdade racial no ambiente escolar, mostrando que há a necessidade urgente de uma educação antirracista, o que certamente contribuirá, para uma mudança neste quadro de racismo na sociedade. Sendo a diversidade cultural uma riqueza da humanidade, para cumprir seu papel de humanização, a escola deve ampliar o leque de conhecimento dos alunos em relação a outras culturas, levando-os a ter visão holística, provocando neles a curiosidade de dialogar com outras culturas.

A par de toda valorização às culturas das minorias sociais, muito se fala das etnias na escola brasileira. Só muito recentemente, por pressão dos movimentos sociais, é que a questão da pluralidade cultural vem encontrando certa ressonância no ambiente escolar.

Segundo Gadotte (1995) se a escola não promover ações de mudanças sociais, tudo fica mais difícil, visto que é na escola que o indivíduo é preparado para a vida. Entende-se que ela tem uma forte tarefa: ao formar o aluno para o exercício da cidadania, ela deve promover igualdade entre as diversas culturas e etnias, criando laços de afetividade e respeito mútuo. Com a promulgação da Lei 10.693/2003, o que se pode esperar é que a escola assuma seu papel social de valorização e de difusão da cultura e da pluralidade de nossa formação étnica.

A educação é um direito de todos, como rege a Constituição Federal de 1988 (artigo 208 inciso), que reconhece como direito de todas as crianças com idade de 0 a 6 anos em instituições públicas de ensino. Desde a educação infantil, a criança deve ser considerada como um sujeito de direitos, recebendo condições materiais, pedagógicas, culturais e de saúde para isso, de forma a complementar a ação da família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 4, diz que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, p.3)

A criança, seja negra ou branca, tem os mesmos direitos assegurados pelo ECA, (estatuto da criança e dos adolescentes) pois a educação é primordial na vida delas e as mesma devem ter acesso à escola sem discriminação. Infelizmente não existem políticas públicas que assegurem a permanência destas crianças na escola, visto que os índices de evasão ainda são muito altos.

“A pobreza influencia muito as taxas de evasão, e a população negra e indígena são os grupos mais vilipendiados”, afirma Miriam Maria José dos Santos, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. Segundo o site, <http://negobelchior.cartacapital.com.br/o-que-afasta-as-criancas-e-adolescentes-negros-da-escola/> os dados do relatório “Crianças fora da escola 2012” apontam que mais de um milhão de crianças e adolescentes, entre 6 e 14 anos, encontram-se trabalhando em solo brasileiro, dos quais 34,60% são brancas, e 67,78% são negras. Sabe-se que nesse período de vida, o trabalho infantil é uma das grandes causas do abandono escolar.

O site afirma também que a violência infantil com a criança negra é outro pilar que sustenta a desigualdade racial na educação e que as meninas negras, ainda sofrem como no sistema escravocrata, pois desde cedo

trabalham em serviços domésticos como faxineiras, por exemplo. De acordo com os dados de 2013 da Organização Nacional do Trabalho (ONT) mais de 93% das crianças das crianças e dos adolescentes envolvidos em trabalho doméstico no Brasil são meninas negras.

Outro problema é o *bullying*, *recorrente* no ambiente escolar. Quando se trata de estereótipo, o cabelo representa um fator de construção de identidade, em meio a uma sociedade cujo padrão ideal de beleza traz como referências pessoas brancas com cabelos lisos e compridos. Dessa forma, as crianças negras terminam sendo vítimas do *bullying*, por conta do seu estereótipo, formato do nariz, a cor da pele e os cabelos.

A beleza afrodescendente não é vista em uma sociedade preconceituosa. No entanto, por conta da lei 10.639/03, têm-se, de certa forma, dado espaço aos negros através de propagandas televisivas, desfiles de moda e outros meios midiáticos.

Kerinne Brown, fotógrafa canadense, dona do site zevariedade.com/criançaslindas, tem um amor especial por fotos de crianças recém-nascidas. Ao fazer uma breve visita ao site, se percebe realmente várias fotos de crianças lindas, mas apenas brancas, não existe nenhuma criança negra no quadro de fotos, como se criança negra não tivesse beleza. O racismo é uma questão comportamental, social e mundial, pois não se restringe apenas ao Brasil.

A criança negra sofreu e sofre ataques racistas diariamente nas escolas, piadinhas de desvalorização com os negros acontecem com frequências por meio de expressões do tipo: “Cabelo de palha de aço”, “preto quando não suja na entrada suja na saída”, “preto só presta para ter dois dentes: um para abrir garrafa e outro para doer a noite inteira”, “negro é igual a urubu só presta longe”. E assim existem variedades de anedotas depreciativas que atingem a população negra.

A criança ao ouvir os adultos falarem esses “gracejos” irá reproduzir o que ouve, propagando assim o preconceito e o racismo o que, mais tarde, resultará em um adulto preconceituoso. Sendo a escola um ambiente para socialização, é nesse ambiente que o educador deve esmerar-se em mudar tal situação, através dos ensinamentos aplicados em qualquer disciplina, visando desconstruir toda e qualquer forma de exclusão.

Acredita-se que com a ministração da disciplina História e cultura africana na escola, a criança vai passar a ter um olhar diferenciado para os descendentes africanos, que terão a oportunidade de resgatar suas raízes, fazendo-se assim uma reparação histórica que desconstruirá a imagem negativa do negro, sobre sua cultura, crenças e valores.

3. AS HISTÓRIAS INFANTIS E OS PERSONAGENS NEGROS

A literatura tem sido objeto de reflexões e análises de estudiosos que procuram compreender as nuances e sugerir possibilidade de utilizá-la como instrumento capaz de contribuir com o processo de valorização da diversidade e de superação do preconceito e discriminação no cotidiano escolar. Percebe-se que as literaturas com personagens negros, pouco são utilizadas nas escolas, e a presença da criança negra nos livros didático no passado era, desprovido de beleza, diante da problemática, vale fazer boas leituras em conjunto de autores que valorizam crianças afrodescendentes assim faremos menção a alguns autores militante na literatura afrodescendentes. Como: Ana Maria Machado que escreveu **Menina bonita do laço de fita** (1986) Gercilga de Almeida, **Bruna e a galinha D' Angola** (2009) Martha Rodrigues. **Que cor é a minha?** (2009) Zeneide Silva, **O Negrinho do Pastoreio**, (2008) Veralinda Menezes. **A princesa Violeta** (2010) Alaíde Lisboa. **A Bonequinha Preta**, (2004) Valéria Belém. **O cabelo de Lêle**, (2007) Zivaldo. **O menino Marrom**. (1980). Semíramis Pareno. **A cor da Vida**,(1997).

É sabido que desde 2003, é obrigatório se trabalhar, no bojo da lei 10.639/03, o ensino de História e Cultura afro-brasileira em todas as escolas do país. Com isso, os educadores têm se preocupado de certa forma em contribuir com seus alunos no sentido de desmistificar o racismo em sala de aula através dos livros didáticos.

Os temas da diversidade cultural e do multiculturalismo ainda não entraram no campo de preocupações dos pesquisadores sobre livro didático, mostrando assim desvalorização com os descendentes africanos.

A Escritora e jornalista Ana Maria Machado, escreveu um livro de história infanto-juvenil vislumbrando a criança negra. Trata-se do livro **Menina bonita do laço de fita**. No mesmo, a escritora valoriza a criança negra mostrando aos leitores as belezas dessas crianças para além de seus estereótipos, a cor do cabelo, o formato do nariz, a cor dos olhos e os cabelos crespos. Ela apresenta também a árvore genealógica para que as crianças entendam, porque são negras e de onde vieram seus descendentes. Dessa forma, a autora leva as crianças ao mundo da imaginação quebrando preconceitos e paradigmas. (MACHADO, 2000).

A escritora Gercilga de Almeida escreveu uma obra com o título: **Bruna e a galinha D' Angola**. A literatura narra a história da menina Bruna, descendente de africanos, que se sentia muito sozinha e gostava de ouvir as histórias tradicionais africanas contadas por sua avó. Após ouvir a lenda de Ôsún, uma menina que se sentia só e que para lhe fazer companhia resolveu criar Conquém, a galinha d'Angola, Bruna se inspira e então modela na argila uma galinha d'Angola para lhe fazer companhia. No dia de seu aniversário sua avó lhe dá uma galinha d' Angola de verdade, que se chamava Conquém. As outras crianças da aldeia não brincavam com Bruna foram se aproximando dela e pedindo para brincar com Coquém. Um dia a Conquém teve filhotes e

cada menina da aldeia pôde ter sua galinha d'Angola. Até hoje o povo daquela aldeia conta a história de Bruna e da galinha d'Angola para aqueles que compram os belos tecidos pintados pelas meninas. (ALMEIDA, 2009).

(Mazza, 2009.). Martha Rodrigues foi além quando escreveu o livro, **Que cor é a minha cor?** O objetivo da literatura é trabalhar a identidade afrodescendente na imaginação infantil. E é justamente à imaginação que esse livro fala a partir de uma composição de textos curtos e poéticos, associados a ilustrações. Modo lúdico de reforçar a autoestima da criança a partir da valorização de seus antepassados, de sua cultura. Veralinda Menezes, escreveu a literatura **A princesa Violeta**. O livro valoriza a princesa negra, afirmando que princesas não são apenas brancas com olhos azuis e cabelos loiros, lisos e compridos. A autora foca na beleza negra comparando a cor da pele dos personagens com chocolate e brigadeiro e os cabelos encaracolados com favos de mel, encantando e representando qualquer criança que se vê naquelas descrições. Outro ponto positivo da obra é a força da mulher. A princesa Violeta luta para proteger seu reino e provar ao seu pai que, mesmo sendo mulher, ela pode ser forte, inteligente e garantir a continuidade de seu reino.(MENEZES, 2010.)

O negrinho do pastoreio é um conto do folclórico popular, adaptado por Zeneide Silva e ilustrado por Tatiana Mões, em livro. Conta a história de sofrimento e angústia de um menino sem nome, que paga um preço muito alto por ser negro, bem como as malvadezas de um senhor de engenho e seu perverso filho. Mesmo diante de tanto sofrimento o negrinho ainda tinha motivo para sorrir e saber que a vida poderia oferecer a ele momentos felizes. Existe uma lenda que quando alguém perde alguma coisa é só pedir ao negrinho do pastoreio que logo a pessoa encontra; como recompensa deve acender uma vela para ele ou dar-lhe uma flor (SILVA, 2008).

A blogueira e pedagoga Aline Silva (www.blogueirasnegras.org) valoriza as literaturas com personagens negras e faz as crianças voarem no mundo da imaginação com personagens negras. Ela relata que já estava “saturada” de ver as crianças ouvirem histórias com personagens brancos cabelos lisos, e ver seus alunos fora do cenário histórico, o que chegou a incomodá-la. Assim foi motivada a estudar a história da África para poder trabalhar com propriedade esse assunto e levar uma nova realidade aos seus alunos. Aline passou a ensinar seus alunos a outra história que normalmente não é contada, a nossa história da África, e substituir na sala de aula aqueles livros que não representavam a criança negra, por livros em que eles pudessem se ver e se espelhar de forma positiva, livre e autêntica, sem estereótipos.

Ziraldo escreveu o livro: **O menino Marrom**, a obra foi editada a primeira vez em 1986, conta a história de dois amigos de cores diferentes que crescem juntos. O menino marrom tinha a pele da cor de chocolate e o os cabelos eram enroladinhos e fofo, os olhinhos pareciam duas jaboticabas. O menino cor de rosa, era muito clarinho os seus cabelos era amarelado, seu

nariz era pontudinho, os olhos era meio azuis, meio verde, meio castanho. Os dois têm família, estudam, são curiosos e muito inteligentes. Eles se tornam amigos inseparáveis e vivem grandes aventuras descobrem que são diferentes em suas características físicas. Diante do mundo de descobertas realizadas pelos dois meninos, eles descobrem com uma caixinha de aquarela que as misturas de todas as cores do arco-íris resulta na sua cor marrom. Os dois juntos começam a refletir sobre as diferenças de cores. No decorrer na narrativa eles vão saber o que é preto, e o que é branco. A obra leva as crianças a perceberem a importância da amizade, independente da cor, algo que deve ser trabalhado com as crianças que vivem em uma sociedade separatista. (ZIRALDO, 1986.)

Toda leitura, seja ela verbal ou não verbal, é um processo de interação entre o sujeito e o mundo, dessa forma com esse entendimento mencionamos a obra de Semírames Paterno. **A cor da Vida**. Ela narra uma história de duas crianças a obra apresenta apenas ilustração não contém texto escrito a autora lança mão unicamente de belas imagens, uma menina negra e um menino branco em passeio com suas mães. A história se passa num local de bastante movimento. A mãe branca carrega sacolas de compras e a mãe negra com um livro numa das mãos. As crianças se veem e se olham com sorriso nos lábios nas mãos carregam seus brinquedos: ela uma boneca, ele um ursinho de pelúcia. Sem que as mães percebam, eles dão as mãos e se distanciam delas para brincar, as mães se dão conta de que as crianças sumiram e se zangam, ambas saem a procura dos seus filhos e os encontram brincando com muito encanto e alegria. Assim nasce uma amizade entre as crianças, a obra mostra o companheirismo amizade verdadeira entre as crianças, sem olhar cor, situação econômica nada disso valer para nascer uma amizade verdadeira.

Entende-se que na educação infantil é necessário, desde cedo, dar às crianças possibilidades de reflexão e atitudes positivas em relação à sua própria identidade e às suas singularidades. Abordar o preconceito e a discriminação racial na escola é uma forma de refletir de interação social que permite que as crianças convivam com as diferenças e compreendam as relações raciais, pois como espaço social, a escola deve estar aberta à diversidade cultural.

A Bonequinha preta, literatura escrita por Alaíde Lisboa de Oliveira, conta a história de uma menina branca que tem como amiga uma bonequinha preta com duas tranças na cabeça, uma boquinha pequenininha e vermelhinha e os olhos bem redondos. A literatura tem como objetivo levar as crianças a valorizar bonecas negras, visto que na maioria das vezes o que se vê nas vitrines são bonecas brancas de olhos azuis. A obra não fala de relacionamento afetivo entre duas crianças, mas escritora Alaíde Lisboa de Oliveira foi pioneira em inserir uma boneca de cor negra num conto infantil, na época de sua produção (1938) era pouco provável a presença de imagens ou personagens negros em obra infantil. (OLIVEIRA, 2004)

A escritora Valéria Belém, escreveu o livro como uma capa bastante instigante. O título do livro é: **O Cabelo de Lelê**, uma garotinha que não entendia porque tinha os cabelos encaracolados. Lelê faz uma busca através de leitura para entender o porquê de seus cabelos cacheados. A obra ensina a valorização desse tipo de cabelos e suas belezas, levando as acrianças entenderem que cada pessoa tem uma beleza diferenciada. (BELÉM, 2007.)

Ângela Maria Parreira Ramos fez um trabalho de pesquisa muito relevante com o título Construção de identidade étnico-racial (2007). Ela enfatiza protagonistas negros e história das culturas africanas, buscando entender as influências que os livros de literatura infantil, com protagonistas negros como sujeitos históricos sociais e histórias africanas, exercem no processo de construção da identidade étnico racial.

Por meio de histórias, a pesquisadora concluiu que a literatura infantil quando criteriosamente selecionada, pode ser selecionada e ser considerada porta-voz importante na construção da identidade étnico-racial e de conhecimento sobre diferentes culturas africanas.

Entende-se que as práticas educativas podem avançar no processo de superação do racismo e do preconceito, sendo que estes conceitos são construídos no seio da sociedade como um todo e, mais particularmente, no universo infantil.

O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de forma simplificada e falsificada, o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores entre outros. (MUNANGA, 1996)

A criança negra ao longo da história sempre foi excluída, deixada à margem da sociedade. Durante muito tempo, nos livros didáticos trabalhados nas escolas nunca se via protagonistas negros, mas apenas o público majoritário nele representado. Assim apareciam apenas crianças brancas, filhos de pais economicamente estabilizados. O professor do século XXI precisa fazer parte dessa mudança, tornando-se um militante nesta causa contra o preconceito racial no ambiente escolar, pois se entende que a literatura infantil contribui de forma muito proveitosa para o desenvolvimento sociocognitivo emocional e lúdico na vida das crianças.

4. A QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR NAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA ATUAR NO BOJO DA LEI 10.639/03

Sendo a escola um espaço para socialização, um ambiente para formar cidadãos, é de lá que as crianças devem conhecer as bases dos saberes, depois da família, que é base da sociedade. A escola tem suas

funções quanto aos ensinamentos das crianças e adolescentes, para que futuramente possam se tornar adultos maduros e responsáveis.

Para que se tenha uma boa educação em sala de aula faz-se necessário uma preparação adequada dos educadores. A lei 10.639/03 propõe que a temática racial deve ser trabalhada nas disciplinas Literatura, História e Artes. No entanto, todos os profissionais na área da educação devem passar por um processo de qualificação para saber atender ao que diz a lei, pois acredita-se que trabalhar sem uma preparação nesse sentido é simplesmente uma grande perda, uma vez que o educador desqualificado, fica à mercê do conhecimento.

Na escola existem muitos casos de preconceito, racismo e discriminação. Em situações como essas, se o professor não estiver preparado nesse sentido, não vai saber resolver essas questões delicadas. O profissional da educação precisa estar qualificado para trabalhar a diversidade no ambiente escolar.

Nas semanas pedagógicas ainda é grande a ausência de temáticas étnico-raciais. Alguns nem têm conhecimento da lei e, os poucos que conhecem não lançam mão da mesma. O sistema cobra, mas não oferece subsídio para o educador atuar. Ações devem ser desenvolvidas nesse sentido, mecanismos pedagógicos que valorizem a diversidade étnico-racial na escola.

Quando se trata de conhecimento, o indivíduo não pode parar nunca. Para isso existem acervos até mesmo virtuais, que favorecem o aprendizado. Entende-se que a inclusão da lei sobre o ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da Educação básica, teve fortes influências de decisões políticas e pedagógicas, inclusive na formação de professores, pois a ausência de formação continuada gera um grande despreparo. Existe a necessidade urgente do conhecimento da história dos negros africanos no Brasil, que chegaram com suas culturas e influências e, mesmo após passarem pelo processo de libertação, continuaram prisioneiros e violados em seus direitos.

Desse modo, cabe às escolas públicas e privadas escamotear com os caminhos eurocêntricos de orientarem os educadores no que se refere à verdadeira contribuição dos negros na construção da nação brasileira. É uma tarefa tanto quanto difícil assumir tamanha responsabilidade, no entanto, essa é uma conquista não só dos afrodescendentes, mas de toda a sociedade civil.

A lei, e seus aportes encaminham duas questões correlacionadas. Por um lado, elege a África como uma das matrizes das instituições nacionais, retirando da Europa o lugar de matriz única da nossa cultura. Por outro lado, diz respeito ao agente mais importante do processo educacional – o professor (COELHO, 2013, p.307-308).

Coelho em seu artigo “Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores” afirma que a grande problemática é que os professores não foram preparados para analisar a questão étnico-racial de forma a se desprenderem dos hábitos eurocêntricos.

Dessa forma pode-se afirmar que muitos educadores ainda precisam lançar mão da lei 10.639/03, além de participar de formações continuadas que os proporcionem entender a importância da cultura africana na construção do país, para poder lecionar com propriedade História da África e da cultura afro-brasileira, fazendo com que o preconceito racial seja desmitificado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho de certa forma foi gerado um entusiasmo e ao mesmo tempo uma revolta em saber que em pleno Sec. XXI, ainda existe muito preconceito, e que muito se deve lutar para uma sociedade igualitária. O esforço empenhado nesta pesquisa serviu para corroborar a importância da literatura para construção histórica e social da humanidade. Espera-se que as literaturas citadas neste artigo possa contribuir muito para que a comunidade escolar possa mudar sua visão, quanto a criança negra no cenário de historinhas infantis, sendo que neste últimos anos houve realmente um avanço de publicações de literatura infantil com referencial étnico. Diante do trabalho exposto temos a ambição de que este artigo apresentado sirva de instrumento a indicar caminhos para novas construções.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gercilga de. **Bruna e a galinha d'Angola**. Rio de Janeiro: EDC: Pallas, 2009.
- BELÉM, Valéria. **O Cabelo de Lelê**; ilustração Adriana Mendonça. São Paulo: Editora Nacional, 2007.
- BRANDÃO, Fonseca Carlos. **LDB passo a passo, Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional lei 9.394/96 comentada e interpretada artigo por artigo**. 4ª ed. São Paulo. Avercamp 2010.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 15ª ed. LEI 8069/1990. Brasília, 2007.
- BRASIL. Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Diário oficial da União**, 10 jan. 2003.
- CARVALHO, Irene M. **O Processo Didático**. 6ª Ed. Rio de Janeiro/RJ: FGV, 1987.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo,**

Preconceito e discriminação na educação infantil. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

COELHO, Rita C. F. (org.) **Educação e discriminação dos negros.** Belo Horizonte:

FIGUEIRA, Vera M. **O preconceito racial na escola.** In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1990.

FIGUEIRA, Vera M. **O preconceito racial na escola.** In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1999.

FRANCA, Leonel, S.J. **O método pedagógico dos jesuítas.** Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

FREIRE, Gilberto. Casa grande & Senzala: **formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GADOTTI, Moacir – **Educação e Compromisso,** 1995, 5ª edição, Campinas, SP, Ed. Papyrus.

<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/o-que-afasta-as-criancas-e-adolescentes-negros-da-escola/>

IRHJP, 1988.

Internet: www.blogueirasnegras.org.

LOPES, N. BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988.** Brasília, D. F. Senador Federal, 2005.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do Laço de Fita.** 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

MENEZES, Veralinda. **A princesa Violeta.** 2ª ed. São Paulo: Príncipe Negro, 2010.

MINISTERIO da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro Brasileira e Africana.** Brasília, Distrito Federal, 2004.

MINISTERIO das **Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação.** Brasília, Distrito Federal, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: EDUSP/Estação Ciências, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 2ª ed. Brasília, Ministério da Educação, secretária de educação, 2005.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. **A Bonequinha Preta.** Ilustrações: Ana Raquel. 3ª ed. Belo Horizonte: Lê, 2004.

PATERNIO, Semíramis. **A cor da vida.** Belo Horizonte: Lê 1997.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PRIORE, Mary Del. **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RODRIGUES, Martha. **Que cor é a minha cor?** Belo Horizonte: Mazza, 2009.

SILVA, Zeneide. **O negrinho do pastoreio** 1ª ed. Recife: Prazer de ler. 2008.

UNICEF. **O impacto do racismo na infância**. DISPONÍVEL Em. www.unicef.org.

ZIRALDO, Alves Pinto. **O Menino Marrom**. 16ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1986.